

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII - Nº 1.623 - BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2002

Garantido foro especial para ex-ocupante de cargo público

Projeto de lei da Câmara que assegura prerrogativa a autoridades mesmo depois de deixarem suas funções foi aprovado sem emendas pelo Plenário do Senado. Matéria vai agora à sanção presidencial



Rosevelt Pinheiro

O Senado aprovou ontem projeto de lei garantindo foro especial a autoridades que, depois de deixar o cargo, venham a ser processadas por atos praticados durante seu exercício. O texto, oriundo da Câmara dos Deputados, vai agora à sanção presidencial. O Plenário rejeitou uma emenda apresentada pela senadora Heloísa Helena que procurava restringir a prerrogativa ao presidente da República e aos ministros. O relator da matéria, senador Romero Jucá, afirmou que a prerrogativa de função é antes uma garantia do que um privilégio. Já o senador Jefferson Péres levantou dúvidas sobre a constitucionalidade do projeto que estabelece o foro privilegiado.

PÁGINA 3

Vários senadores debateram o projeto de foro privilegiado, que acabou obtendo aprovação sem emendas no Plenário

Fundo vai ajudar a manter serviços do Distrito Federal

Os senadores aprovaram ontem a criação do Fundo Constitucional do Distrito Federal. O objetivo é assegurar os recursos necessários à organização e manutenção das polícias civil e militar e corpo de bombeiros e à execução de serviços públicos de saúde e educação.

PÁGINA 3

Silêncio e pesar reverenciam Evandro Lins e Silva

PÁGINA 4

Projeto que cria Renda de Cidadania pode ir logo à Câmara

PÁGINA 8

Indicação de Henrique Meirelles para o Banco Central é aprovada na CAE

PÁGINA 7

Depois da sabatina e aprovação na CAE, Henrique Meirelles aguarda decisão do Plenário do Senado



Geraldo Magela

CAS vota projeto que garante recursos para mulher adquirir a casa própria

Conforme proposta que a comissão examinará hoje, pelo menos 20% do total dos financiamentos habitacionais devem ser destinados às chefes de família

Indicação de Sardenberg para ONU será analisada

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se hoje para apreciar a indicação de Ronaldo Sardenberg para o cargo de embaixador na Organização das Nações Unidas (ONU). A mensagem presidencial será relatada pelo senador José Agripino (PFL-RN), em sessão secreta, às 11h, na Ala Senador Alexandre Costa.

Sardenberg é ministro da Ciência e Tecnologia desde julho de 1999. Antes, ocupou o Ministério Extraordinário de Projetos Especiais, responsável pelas políticas nuclear e espacial e pelo Projeto Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), entre outros. Ronaldo Sardenberg iniciou sua carreira diplomática em 1964. Chegou a ministro de primeira classe em 1983.

Sala da CFC receberá o nome de Mário Covas

A sala da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) receberá o nome do ex-senador e ex-governador de São Paulo Mário Covas. A inauguração ocorre amanhã, às 11h. A homenagem foi proposta por Freitas Neto (PSDB-PI), e deve-se, segundo o senador, à trajetória de Mário Covas, "marcada pela transparência de sua ação política e pela austeridade na gestão dos gastos públicos".

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina hoje projeto que reserva, às mulheres chefe de família, no mínimo 20% do total de recursos destinados aos financiamentos habitacionais. A proposta, de autoria da senadora Emilia Fernandes (PT-AC), com parecer favorável da senadora Marina Silva (PT-AC), modifica a lei que trata da política nacional de habitação.

Na justificativa do projeto, Emilia cita dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo os quais, em 1993, 20% das 38 milhões de famílias brasileiras eram comandadas por mulheres, o que significa que 7,6 milhões de mães eram



Emilia, autora da proposta, lembra que cresce o número de mulheres arrimo de família

arrimo de família. O IBGE também confirma que o número de mulheres chefes de família tem crescido significativamente nos últimos anos, segundo a senadora.

Ex-agente público pode perder sigilo bancário

Em reunião marcada para a manhã de hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar projeto de lei complementar de autoria da senadora Heloísa Helena (PT-AL) que altera a Lei de Improbidade Administrativa. A proposta estabelece que detentores de mandato, cargo, emprego ou função pública sejam obrigados a apresentar declaração de bens até três anos após o afastamento do serviço público. A matéria tem parecer favorável do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Na justificativa da proposta, Heloísa argumenta ser possível que esses agentes públicos, mesmo depois de afastados da função, possam praticar "atos que resultem em lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito". Como exemplo, ela cita o crime de exploração de prestígio, em

que "a situação de ex-servidor do sujeito ativo é muitas vezes condição necessária para que o interessado em obter vantagem creia na capacidade do agente influir, persuasivamente, em funcionário público".

O projeto determina que os agentes públicos percam o direito ao sigilo bancário pelo mesmo período de três anos após deixar o emprego, para possível averiguação de controle interno da administração pública. Estabelece ainda que a Receita Federal revisará a declaração do Imposto de Renda desses agentes nos três anos subsequentes à sua saída do serviço público. Se aprovada pela CCJ, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes de seguir para o Plenário.

Na mesma reunião, a CCJ decidirá, em votação secreta, sobre a

Emilia Fernandes argumenta que esse universo de mulheres, responsáveis pela manutenção da família e de seu abrigo, tem competido de forma desigual no mercado imobiliário, que lhe oferece acesso restrito aos programas convencionais de financiamento habitacional.

De acordo com a proposta, mulher chefe de família é aquela que, comprovadamente, responsabiliza-se pelo sustento e manutenção da família, conforme comprovação efetuada mediante justificativa judicial.

O projeto de lei foi incluído no ato de convocação do Congresso Nacional.

indicação de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para a recondução, em novo mandato de dois anos, ao cargo de defensora pública da União. O relator da indicação é o senador Francelino Pereira (PFL-MG).

GESTÃO FISCAL

Completa a pauta da CCJ projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social. O relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), apresentou substitutivo ao texto original. Se aprovado, o projeto vai para a CAE, que o analisará de forma terminativa. Ou seja, a comissão dará a decisão final do Senado sobre o assunto, a não ser que requerimento assinado por pelo menos nove senadores peça sua votação em Plenário.



AGENDA

QUARTA-FEIRA, 18 DE DEZEMBRO DE 2002

Presidente
Ramez Tebet

10h – Lançamento da pedra fundamental da construção da Unilegis. *Terreno da Unilegis – Setor de Clubes Sul (ao lado do CBB)*
11h – Recebe o deputado Walter Feldman, presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo; o ministro Caputo Bastos, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Centro de Estudos de Direito Internacional; e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa extraordinária

Pauta: votação da PEC referente à isenção de ICMS; votação da PEC que destina percentual do IR e IPI para aplicação de recursos em instituições federais de ensino superior localizadas na Amazônia Legal; votação da PEC que cria compensação financeira, como parte da receita do Imposto de Importação, às unidades da Federação que produzirem saldo positivo na balança com o exterior; discussão da PEC que exige voto ostensivo no caso de perda de mandato de deputado e senador; e PLC que dispõe sobre a aplicação dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidente sobre a importação e comercialização de petróleo, gás natural e álcool etílico combustível; entre outros.

COMISSÕES

9h – Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: PLS que reserva recursos para financiamentos habitacionais em benefício da mulher chefe de família. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: mensagem que submete à apreciação do Senado o nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para recondução ao cargo de defensora pública-geral da União; PLS Complementar que dispõe sobre sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública; e PLS que institui o Conselho de Gestão Fiscal e Responsabilidade Social e cria o Índice Brasileiro de Responsabilidade Social. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

10h – Comissão Mista de Orçamento
10h, 12h, 14h, 16h e 18h – apreciação de matérias em tramitação na comissão e apreciação do relatório final apresentado à proposta orçamentária para 2003. *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara*

11h – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: mensagem que submete ao Senado o nome de Ronaldo Sardenberg para exercer o cargo de embaixador do Brasil nas Nações Unidas. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 7*

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações



Plenário acolheu projeto da Câmara que assegura o foro especial para ex-detentores de funções públicas

Ex-ocupantes de cargos públicos terão foro especial

Senado aprova e envia à sanção projeto que garante a prerrogativa ainda que o processo judicial comece após o acusado ter deixado a função

Caso o presidente da República, governador ou quem quer que detenha cargo público relevante, depois de deixar a função, seja processado por atos realizados ao tempo em que exercia suas atividades, o tribunal apto a julgá-lo terá que ser o mesmo que o julgaria na época em que cometeu esses atos. Isso significa que, se processadas, essas autoridades não serão submetidas a juízo singular – daí a expressão foro privilegiado ou especial. Proje-

to nesse sentido foi aprovado ontem pelo Senado, devendo agora seguir para sanção presidencial.

De autoria do deputado Bonifácio de Andrada (PSDB-MG), o texto altera o Código de Processo Penal para determinar que “a competência especial por prerrogativa de função, relativa a atos administrativos do agente, prevalece ainda que o inquérito ou ação judicial sejam iniciados após a cessação do exercício da função pública”.

Relator do projeto, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) lembrou, em seu parecer, que a prerrogativa de função é antes garantia que privilégio.

– Quando o inquérito ou a ação judicial tem em mira justamente o desempenho do agente público, não há razão para que a prerrogativa especial de função lhe seja subtraída só pelo fato de não mais exercer o mandato, cargo ou função pública – disse ele.

Heloísa Helena pretendia limitar prerrogativa

Com 27 votos contrários, 15 favoráveis e uma abstenção, foi rejeitada a emenda por meio da qual a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pretendia modificar o projeto que dá foro privilegiado às autoridades



Jefferson levantou dúvidas sobre a constitucionalidade do projeto, e Dutra apoiou a emenda apresentada por Heloísa Helena

que, depois de deixar o cargo, forem processadas por atos praticados durante o seu exercício. Ela propunha restringir a prerrogativa apenas ao presidente da República e aos ministros de Estado.

Alguns senadores defenderam a idéia de Heloísa. Jefferson Péres (PDT-AM) disse ter séria dúvida sobre a constitucionalidade do projeto. Ele acha que alargar a competência dos tribunais superiores é uma mudança que só poderia ser feita por emenda à Constituição. No entender de Jefferson, o projeto poderia ter merecido um estudo mais acurado da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania. O parlamentar também entendeu que o texto aprovado estende o foro especial dos próprios senadores, o que significa que o Plenário poderia estar votando em causa própria.

Ainda em defesa da emenda, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que o foro privilegiado deve ser visto como uma exceção relacionada ao exercício do mandato e enquanto ele está sendo exercido. Em sua opinião, estender essa exceção para os processos que surgirem depois que a autoridade deixar o cargo se justifi-

ca só para o presidente da República.

– A partir do momento em que deixa o cargo, o presidente está sujeito à proliferação de ações nos mais diversos rincões do país. Se tiver que se deslocar para se defender de todas, não vai fazer outra coisa – comentou. Depois de o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também se manifestar em favor da emenda, Romero Jucá (PSDB-RR) a condenou, sustentando que o projeto aprovado não cria privilégio, visto que o foro privilegiado já está na lei. “O Ministério Público, os procuradores, os juízes, os desembargadores já têm foro privilegiado, e não só para ação específica do exercício dos seus mandatos. Por isso não estamos criando prerrogativa nenhuma”, salientou.

Fundo vai garantir recursos para manter Distrito Federal

Em regime de urgência, o Senado aprovou ontem projeto de iniciativa do presidente da República instituindo o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Com isso, o governo cumpre o dispositivo da Constituição que atribui à União a competência de “prestar assistência financeira ao



Lindberg deu parecer favorável ao Fundo Constitucional do DF

Distrito Federal para a execução de serviços públicos, por meio de fundo próprio”.

O fundo terá a finalidade de prover os recursos necessários à organização e manutenção da polícia civil, da polícia militar e do corpo de bombeiros do Distrito Federal, bem como de assistir financeiramente a execução de serviços públicos de saúde e educação.

Em nome do presidente da República eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que a votação fosse adiada a fim de que a matéria fosse mais bem examinada.

– Peço que se adie para amanhã, pois o governo de transição gostaria de examinar melhor esse projeto. E consulto os demais líderes sobre a possibilidade de votarmos amanhã – pediu.

A maioria dos líderes entendeu, porém, que o projeto devia ser votado logo. Pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e a Comissão de Assuntos Econômicos, os senadores Lindberg Cury (PFL-DF) e Luiz Otávio (PMDB-PA) apresentaram, respectivamente, pareceres favoráveis à matéria.

O senador Carlos Patrocínio (PTB-TO) disse que o projeto era uma reivindicação antiga do povo do Distrito Federal e que este era o momento de votá-lo. Em nome do PMDB, o senador Nabor Júnior (AC) também se manifestou a favor, assim como o senador José Agripino (RN), que, em nome do PFL, sustentou ser a matéria consensual e pacífica.

Aprovada a Universidade Federal Rural da Amazônia

A Faculdade de Ciências Agrárias do Pará foi transformada em Universidade Federal Rural da Amazônia, de acordo com projeto de lei aprovado ontem pelo Senado. Especializada em ciências agrárias, a instituição agora gozará de autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, como é próprio das universidades. O texto vai à sanção presidencial.

Ao dar parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) disse que a aprovação do projeto transformava um sonho em realidade. Ele observou que a Amazônia é freqüentemente cantada por sua beleza e potencial, mas raramente provida de condições e re-



Luiz Otávio: aprovação do projeto transforma um sonho em realidade

ursos para desenvolver-se.

No entender do parlamentar, essa universidade será um marco na história da Amazônia e do Brasil, daí o seu empenho para que o texto fosse votado em regime de urgência. Em nome da Comissão de Educação, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) também apresentou parecer favorável, mostrando o quanto é importante que essa instituição tenha abrangência em toda a Amazônia Legal.

Na mesma sessão, o Senado transferiu para amanhã a votação da proposta de emenda à Constituição do senador Ricardo Santos que estende o benefício do salário-educação à educação infantil, que atende crianças de zero a 6 anos.

Silêncio e voto de pesar por Evandro Lins e Silva

Advogado que defendeu a democracia e os direitos humanos recebe homenagem do Plenário. Jurista morreu ontem aos 90 anos de idade, poucos dias depois de ter sido nomeado conselheiro da República pelo presidente Fernando Henrique

O Plenário do Senado aprovou vários requerimentos de pesar pela morte do jurista Evandro Lins e Silva, 90 anos, ocorrida ontem, no Rio de Janeiro (RJ). Além da inserção em ata do voto de profundo pesar e de apresentação de condolências à família do advogado, à Academia Brasileira de Letras e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os senadores homenagearam a memória de Lins e Silva com um minuto de silêncio.

Os requerimentos de pesar aprovados pelo Plenário foram apresentados pelos senadores José Sarney (PMDB-AP), Olivir Gabardo (PSDB-PR), Roberto Saturnino (PT-RJ) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Evandro Lins e Silva sofreu uma queda quando tentava entrar em um carro, após desembarcar no Aeroporto Santos Dumont. Ele voltava de Brasília, onde tinha sido nomeado con-

selheiro da República pelo presidente Fernando Henrique. O jurista sofreu traumatismo craniano e estava internado desde quinta-feira da semana passada.

Primeiro a se pronunciar, Roberto Saturnino disse que a morte do jurista deixa um sentimento de luto em todo o país. Ele antecipou que pretende, oportunamente, requerer a realização de uma sessão solene do Senado em homenagem ao jurista, por tudo o que ele representou, "seja nas letras jurídicas, na vida política que soube exercer com a plenitude de sua cidadania e pela defesa de tantos brasileiros que tiveram nele o recurso da sua salvação em casos extremamente delicados".

Para o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), poucos brasileiros conseguiram se colocar acima do bem e do mal, e Evandro Lins e Silva foi um deles. Távola desta-

cou que apenas uma vez o jurista deixou de ser advogado de defesa, quando advogou em favor da cassação do mandato do presidente Fernando Collor de Mello.

Eduardo Suplicy fez um relato da vida de Evandro Lins e Silva, destacando que, na década de 40, durante o Estado Novo, o jurista defendeu mais de mil presos políticos. Suplicy também lembrou que no período da ditadura militar, como ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Lins e Silva concedeu vários *habeas corpus* que desagradaram aos militares.

A atuação de Evandro Lins e Silva durante a ditadura militar também foi registrada por Olivir Gabardo. Ele declarou que o advogado sempre teve uma atuação firme em favor da democracia e dos direitos humanos. O senador manifestou ainda intenção de pedir a realização de sessão especial



Evandro Lins e Silva (primeiro à direita) defendeu a cassação do então presidente Fernando Collor de Mello

Foto: Divulgação

para homenagear Lins e Silva.

Colega de Evandro Lins e Silva na Academia Brasileira de Letras, José Sarney considerou inestimável a perda sofrida pelo Brasil. Ele colocou o jurista como uma das figuras mais importantes e presentes na vida do país.

Pedro Simon (PMDB-RS) con-

siderou o dia da morte de Evandro Lins e Silva como um dos mais tristes da história do Brasil. Ele lamentou que o país esteja ficando sem referências e concordou com Saturnino e Olivir Gabardo sobre a necessidade de uma sessão especial para reverenciar o jurista.

Escritor, ocupava a cadeira nº 1 da ABL

E vandro Cavalcanti Lins e Silva nasceu em Parnaíba (PI), em 18 de janeiro de 1912. Jurista e acadêmico, era considerado um dos maiores criminalistas brasileiros. Entre outras atividades, Evandro Lins e Silva foi correspondente da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil para matéria penal e penitenciária; procurador-geral da República, de setembro de 1961 a janeiro de 1963; chefe do Gabinete Civil da Presidência da República no governo João Goulart; ministro das Relações Exteriores; e ministro do Supremo Tribunal Federal de setembro de 1963 a janeiro de 1969, quando a ditadura militar o aposentou, com base no Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

Ao voltar à advocacia, envolveu-se em inúmeros casos polêmicos como a defesa de Raul Fernandes do Amaral Street, conhecido como Doca Street, que havia assassinado a tiros sua mulher, Angela Diniz, num dos casos mais comentados no país, em 1970. Em 1969, redigiu a defesa do senador Nelson Carneiro, acusado de tentativa de homicídio

contra o deputado Estácio Sotó Maior. Também destacou-se na chefia da banca de advogados de acusação do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

Lins e Silva também deu contribuição à vida partidária, tendo sido um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, em 1947. E escreveu livros como *A Defesa tem a Palavra*, *Arca de Guardados e O Salão dos Passos Perdidos*. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em 16 de abril de 1998, aos 86 anos, ocupava a cadeira nº 1. O jurista havia sido nomeado, dias atrás, conselheiro da República pelo presidente Fernando Henrique.



Evandro Lins e Silva foi empossado há poucos dias por Fernando Henrique no Conselho da República

Tebet destaca o legado do jurista

Durante a votação do pedido de inserção em ata do voto de pesar pelo falecimento do jurista Evandro Lins e Silva, o presidente do Senado, Ramez Tebet, se associou, em nome da Mesa, às homenagens prestadas pelos senadores à memória do jurista.

— Morreu um grande advogado, um grande brasileiro — afirmou.

Para Tebet, além de grande jurista e membro da Academia Brasileira de Letras, Evandro Lins e Silva foi, basicamente, um advogado. Ele era o grande mestre do Direito, e advogado de todas as tendências políticas iam ao Tribunal do Júri para colher suas opiniões e aprender as lições de Direito que ele apresentava, disse o senador.

Tebet lembrou que Evandro Lins e Silva era muito amigo de seu estado, Mato Grosso do Sul, onde comparecia, com frequência, a eventos jurídicos.

— Tive a honra e o privilégio de conviver com ele, por isso uno a minha voz aos senadores que o pranteiam

— concluiu.

Senado presta homenagem à memória de prefeito goiano

O Senado aprovou ontem o envio de voto de pesar à família de Joaquim Moraes dos Santos, morto por complicações cardíacas no último dia 3, aos 76 anos. O voto foi pedido pelo senador Maguito Vilela, em nome também dos senadores Iris Rezende e Mauro Miranda, todos do PMDB de Goiás.

Prefeito de Caiapônia (1983-1988) e Palestina de Goiás (1993-1996) — cidades do sudeste goiano —, Joaquim Moraes dos Santos foi "um exemplo de homem público", na opinião de Maguito Vilela. No encaminhamento do voto de pesar, o senador manifestou "um sentimento forte de perda e de saudade" pelo prefeito, um homem de "honestidade, lealdade, idealismo e muita competência". De acordo com o parlamentar, Joaquim Moraes dos Santos "foi o precursor de uma bem formada geração de políticos" do sudeste de seu estado. Citou os nomes de Milton Ozéias, José Bernardo e o atual prefeito de



Maguito: Joaquim Moraes dos Santos "foi o precursor de uma bem formada geração de políticos"

Caiapônia, Antonio Lary de Souza Castro, eleito em 1996 e reeleito em 2000 com 72,7% dos votos. Segundo o senador, Antonio Lary "é considerado um dos melhores administradores públicos do Brasil". Palestina, explicou Maguito, é um município emancipado de Caiapônia. A região, acrescentou o senador, é responsável por quase 2% da produção de grãos do país.

Rosevelt Pinheiro

Começa a análise do relatório final pela CMO

Comissão examina substitutivo do relator-geral, senador Sérgio Machado, à proposta do Orçamento da União para 2003. Novo governo poderá contar com aumento de R\$ 24,8 bilhões na receita e R\$ 22,8 bilhões nas despesas

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) iniciou na noite de ontem a apreciação do substitutivo do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relator-geral da comissão, à proposta do Orçamento da União para 2003. O relator previu aumento de R\$ 24,8 bilhões na receita e aumento de despesas de 22,8 bilhões, incluindo elevação das transferências para estados e municípios de mais R\$ 4,3 bilhões.

A receita total da União sobe de R\$ 327,94 bilhões para R\$ 352,72 bilhões e a despesa total de R\$ 295,8 bilhões para R\$ 318,7 bilhões. O superávit primário do governo central (incluindo empresas estatais) foi reajustado de R\$ 39,6 bilhões para R\$ 42 bilhões.

Os investimentos públicos federais para 2003 passaram de R\$ 7,35 bilhões para R\$ 13,65 bilhões. Desses investimentos, 24,3% vão

para a Região Nordeste; 14,4% para a Região Sudeste; 12,3% para o Norte; 9,5% para a Região Centro-Oeste e 8,2% para a Região Sul.

O relator também reservou R\$ 4,3 bilhões para garantir um reajuste de 20% no salário mínimo. R\$ 2,5 bilhões são destinados ao combate à fome; e mais R\$ 1 bilhão para melhorar o desempenho do Sistema Único de Saúde. As emendas parlamentares, individuais e coletivas, foram contempladas com R\$ 5,2 bilhões.

A apreciação do relatório continua hoje, a partir das 10h, quando estará aberto o prazo para apresentação de destaques. O substitutivo deverá ser votado ainda hoje, segundo expectativa do presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA). Em seguida, segue ao Congresso Nacional em regime de urgência.



Parecer ao projeto de lei do Orçamento de 2003 deverá ser votado ainda hoje pela comissão

José Cruz

Machado garante R\$ 26,5 bi adicionais para 2003

O parecer ao projeto de lei do Orçamento de 2003, que será votado pelo Congresso Nacional nesta semana, estabelece gastos e receitas de R\$ 1,036 trilhão. O relatório elaborado pelo senador Sérgio Machado (PMDB-CE) prevê acréscimo de R\$ 26,524 bilhões em relação ao montante orçado pelo Executivo, de R\$ 1,009 trilhão, para o próximo exercício.

O aumento nominal de 2,6% sobre o valor projetado pelo governo incluiu a nova reestimativa de receitas de R\$ 24,788 bilhões e mais R\$ 1,736 bilhão em emissão de títulos do Tesouro Nacional. O reforço de R\$ 8,122 bilhões em relação ao valor calculado pelo Comitê de Avaliação de Receitas deve-se, segundo o relatório, a medidas como a prorrogação da alíquota de 27,5% do Imposto de Renda da Pessoa Física e ao aumento da quantia fixada para a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), aprovadas na Câmara dos Deputados.

Mas houve também a contribuição de itens que não constavam da primeira reestimativa do comitê, como as multas e os juros cobrados na dívida ativa da União, no valor de R\$ 404,54 milhões, e o aumento das alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados

(IPI) aplicadas a fumos e bebidas, de R\$ 300 milhões, autorizado em 26 de novembro pelo Decreto nº 4.488. O maior acréscimo ocorreu por conta da reestimativa do pagamento de *royalties* nas áreas de petróleo e gás natural, de R\$ 2,006 bilhões.

COMBATE À FOME

Foi com essa nova previsão de receita que o relator-geral conseguiu equilibrar os pleitos adicionais das bancadas estaduais e as prioridades do futuro governo. No conjunto, a proposta do Executivo recebeu 7.758 emendas, 218 de autoria do relator-geral, totalizando R\$ 32,975 bilhões. Machado explicou à imprensa que conseguiu garantir R\$ 2,5 bilhões para os programas de combate à fome, prioritários no próximo governo, e também fixar reserva de R\$ 4,377 bilhões para absorver o reajuste do salário mínimo de R\$ 240 e outros gastos sociais.

Além disso, conseguiu acomodar várias solicitações encaminhadas pelas relatorias setoriais, como a recomposição dos recursos da saúde para atender a vinculação constitucional e a melhor distribuição regional dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), formuladas pelo relator da área da saúde, deputado Ale-

xandre Santos (PSDB-RJ). As verbas das universidades também foram reforçadas. Os hospitais universitários, por exemplo, ganharam mais R\$ 100 milhões.

Outro desafio, segundo Machado, foi solucionar o ressarcimento aos estados exportadores, que perdem receita do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS) em função do incentivo previsto na Lei Kandir. O relator reservou mais R\$ 2,047 bilhões a esse fundo de compensação pelo incentivo fiscal, cujo orçamento proposto pelo Executivo era de R\$ 1,852 bilhão. No total, os governadores desses estados terão R\$ 3,9 bilhões garantidos no Orçamento Geral da União de 2003.

TRANSPORTES

O relator cuidou também de rever a aplicação dos recursos da Cide, de forma a assegurar aumento nos investimentos para o Ministério dos Transportes. Substituiu a parte da Cide que estava destinada ao pagamento de aposentadorias pela chamada Fonte 100, que abriga recursos livres do governo. Ao corrigir a distorção, os investimentos em infra-estrutura de transportes ganharam R\$ 1,309 bilhão, totalizando aplicações de R\$ 3,330 bilhões para o próximo ano.

Discussão sobre aumento do mínimo ainda divide partidos

O relatório final sobre a proposta orçamentária de 2003 está estruturado em 1.500 páginas, que incluem todas as emendas, a sistematização dos pareceres setoriais e o substitutivo do relator-geral, senador Sérgio Machado (PMDB-CE).

— Minha missão está cumprida — declarou Machado à imprensa, esclarecendo que o trabalho foi concluído no prazo previsto, às 23h30 de segunda-feira.

O que atrasou a formalização do parecer junto à comissão foi a falta de um acordo sobre o tratamento concedido ao reajuste do salário mínimo no texto final do relator. O presidente da comissão, deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA), quer que haja no parecer geral uma definição clara sobre o montante que está garantido no orçamento do próximo ano para absorver o novo mínimo de R\$ 240. Informou que já fez uma articulação com os partidos que compõem a base do governo para que o gasto seja explicitado.

O relator-geral preferiu alocar R\$ 4,377 bilhões dentro de reserva específica para o salário míni-



"Minha missão está cumprida", afirma o relator Sérgio Machado

mo e gastos sociais. Os partidos governistas não concordam com o agrupamento. O líder do governo na comissão, deputado Ricardo Barros (PPB-PR), anunciou o entendimento entre os partidos que integram a base parlamentar da administração Fernando Henrique Cardoso para que seja votado um destaque redirecionando esses recursos ao orçamento da Previdência.

— Não sou óbice a nenhum entendimento — disse Machado, ao considerar que resolveu a questão de garantir recursos no orçamento para que o futuro governo possa viabilizar o aumento do mínimo. A grande discussão, disse o senador, seria se não houvesse dinheiro. "Isso está assegurado e reivindico a paternidade dessa medida", afirmou à imprensa.

Sérgio Machado informou ainda que o salário mínimo de R\$ 240 consumiria R\$ 4,034 bilhões do total da reserva, indicando que há margem para um reajuste maior se o futuro governo assim decidir.

— O PT só não concederá aumento se não quiser — ressaltou.

Relator faz proposta para montagem de orçamentos

O relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Sérgio Machado (PMDB-CE), propôs em seu parecer algumas mudanças importantes para melhorar a montagem dos orçamentos públicos federais e aperfeiçoar sua execução, evitando práticas danosas como o contingenciamento. Na visão dele, as vinculações de recursos deveriam ter vigência por um prazo limitado, sendo reavaliadas periodicamente pelo Legislativo.

Outra proposta é conceder prioridade para as obras que tenham alcançado 70% do seu cronograma de execução. Para tanto, o senador defen-

de o envio de um relatório elaborado pelo governo sobre as obras em andamento e as paralisadas, que tenham valores superiores a R\$ 2 milhões. Isso, segundo ele, evitaria a pulverização de recursos.

Sérgio Machado também recomendou que os orçamentos relativos ao primeiro ano de cada mandato sejam elaborados em "base-zero". Ou seja, cada unidade orçamentária deveria discutir os seus programas e as suas ações, tanto em relação à sua importância quanto à sua abrangência, diante das necessidades oficiais.

Malan garante que a economia está em ordem

Ministro da Fazenda afirma, em depoimento na Comissão de Assuntos Econômicos, que os juros tendem a cair nos próximos anos e que o acordo com o FMI contribuiu para a governabilidade do país

O governo que toma posse no dia 1º de janeiro vai encontrar a economia em ordem, estabilizada, e pronta inclusive para enfrentar possíveis incertezas externas, afirmou o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em depoimento na manhã de ontem perante a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para sustentar o que disse, Malan informou que a balança comercial brasileira fecha o ano com superávit de US\$ 12,8 bilhões; o balanço de pagamentos encontra-se em situação administrável; e a dívida externa pública está abaixo de 15% do Produto Interno Bruto (PIB). Além disso, foi registrado um aumento da produção agrícola, hoje estimada em 100 milhões de toneladas/grãos.

Malan previu que nos próximos anos os juros tendem a cair, o que ajudará o país a crescer. Ponderou, entretanto, ser necessário que o governo Lula “faça o dever de casa” e mantenha, como foi



Pedro Malan (primeiro à direita) disse na CAE ser necessário que o governo Lula mantenha inflação sob controle

prometido, a inflação sob controle, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal e cumprindo as metas de superávit primário. E não pode, em hipótese alguma, deixar de honrar os contratos externos e internos, acrescentou.

FMI

O ministro garantiu que o empréstimo de US\$ 30 bilhões negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) “representa uma enorme contribuição para que o próximo governo assegure

a governabilidade, pelo menos no primeiro ano de administração”. Do total emprestado, o Brasil já sacou US\$ 6 bilhões.

Malan disse que caberá ao futuro governo tentar solucionar um problema que vem corroendo, há

décadas, os cofres públicos: a previdência social do setor público. Para o ministro, o problema atinge as três áreas de governo (federal, estadual e municipal), nas quais as aposentadorias pagas a servidores atingem R\$ 50 bilhões, “duas vezes mais do que é gasto por ano na saúde em todo o país”.

PALOCCI

O futuro ministro da Fazenda do governo Lula, Antônio Palocci, recebeu elogios de Malan: “É um homem público sério, de bom senso e pragmático”. Para ele, a escolha de Palocci e dos demais integrantes da equipe econômica “mostra que o governo Lula será uma administração comprometida com a racionalidade econômica e a maturidade política”. Mas observou que para combater com eficiência a pobreza e a desigualdade social, conforme deseja o governo do PT, é necessária uma economia estável e reavaliações na estrutura dos gastos públicos.

Ministro defende continuidade do esforço fiscal

A possibilidade de alteração da atual política econômica no próximo governo foi o ponto central dos debates entre o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e os senadores, na reunião realizada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Autor do requerimento de convocação do ministro, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a recessão foi a principal característica da economia brasileira ao longo dos últimos oito anos. Para Suplicy, o governo abdicou de políticas de incentivo ao crescimento econômico e de distribuição de renda.

Malan considerou “anacrônica e superada” a visão que classifica como necessariamente recessivo o esforço fiscal (controle de gastos) realizado com o objetivo de conseguir superávits no Orçamento.

— Discordo daqueles que vêem o crescimento da economia como determinado pela magnitude do gasto público — destacou Malan.

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) também criticou a política econômica do governo, e observou que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva representa um anseio de mudança das diretrizes atuais. Ele disse acreditar, no en-

tanto, que pelo menos no primeiro ano do governo Lula não irão ocorrer mudanças significativas nas políticas monetária e fiscal, mantendo-se o mesmo rigor da atual gestão.

Ao comentar as afirmações de Saturnino, Pedro Malan afirmou que no campo da política macroeconômica não cabe ação ideológica, e sim o controle dos gastos públicos e uma constante análise econômica do que ocorre no exterior. Para ele, qualquer governo sério e comprometido com o seu país “não pode inflacionar a economia para fingir que está resolvendo a questão social”.

Em referência a declaração do presidente eleito, durante visita aos Estados Unidos, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) perguntou ao ministro se a economia brasileira estava na UTI. Antes, porém, Jucá elogiou a gestão de Malan no ministério.

O ministro negou que a conjuntura econômica do país possa ser comparada à situação de um paciente na UTI. Observou que as incertezas ocorridas de abril a setembro deste ano deveriam-se à turbulência registrada na economia mundial e à campanha eleitoral para a Presidência da Repúbli-

ca. No período, recordou o ministro, o chamado risco Brasil saltou de 700 para 2.500 pontos, e o dólar beirou a casa dos US\$ 4. “Mas hoje em dia tudo está sob controle”, afirmou Malan.

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) disse que o risco Brasil e a taxa de câmbio tendem a cair, à medida que a economia mundial volte a crescer. Jefferson Péres (PDT-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP) destacaram a atuação de Pedro Malan no comando da economia brasileira. Jonas Pinheiro (PFL-MT) registrou o crescimento da agricultura nos últimos anos.

O presidente da CAE, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), também elogiou o trabalho de Malan, que, segundo ele, sempre agiu em defesa dos interesses nacionais.

Tebet elogia boa vontade em atender convocações do Senado

O presidente do Senado, Ramez Tebet, compareceu à reunião da Comissão de Assuntos Econômicos destinada a ouvir as explicações do ministro Pedro Malan sobre a atual política econômica do país. Tebet aproveitou o encontro para elogiar a presteza e a boa vontade que o ministro demonstrou em atender a todas as convocações do Senado.

— Eu faço questão de fazer um agradecimento público e um elogio à maneira sempre diligente com que o ministro Pedro Malan e outros ministros do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso atenderam aos convites desta Casa. Isso demonstra o avanço importante que tivemos

nos últimos anos e se deve ao esforço do Senado e à postura de boa vontade deste governo — declarou Ramez Tebet.

Ele lembrou que no passado era comum autoridades do Executivo não comparecerem, quando convidadas ou convocadas a comparecer às reuniões das comissões ou ao Plenário do Senado.

— O relacionamento entre o Executivo e o Legislativo foi muito bom nesses últimos anos e nós devemos isso, em grande parte, à disposição de homens públicos como o ministro Pedro Malan — enfatizou Ramez Tebet, que antes de participar da reunião da CAE havia recebido o ministro da Fazenda em seu gabinete.



Geráldo Magela

Pedro Malan (ao centro) foi recebido no gabinete de Ramez Tebet, onde também estavam Juvêncio da Fonseca, Edison Lobão e Romero Jucá

Meirelles prioriza recuperação da credibilidade

Aprovado ontem pela CAE, o indicado para ocupar a presidência do Banco Central afirma que lutará pela estabilidade dos preços. Ele também defendeu aumento do superávit primário acima do acordado com o FMI

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na noite de ontem o nome de Henrique Meirelles para a presidência do Banco Central (BC). A indicação será ainda submetida ao Plenário. Na exposição que fez à comissão, Meirelles disse que a recuperação da credibilidade do sistema de metas de inflação e a estabilidade dos preços devem ser o “único mandato” da instituição. Ele acrescentou que o regime de câmbio flutuante é o mais adequado para o Brasil.

O escolhido pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva para o BC afirmou que trabalhará para a redução da taxa de juros, desde que isso não ponha a moeda em risco. A recuperação do crédito público a custos menores, lembrou, depende de uma sintonia entre as diretrizes do governo, em especial do Ministério da Fazenda, por meio da geração de superávit primário que equilibre a relação entre dívida e Produto Interno Bruto (PIB).

Esse compromisso, conforme Meirelles, já foi assumido pelo futu-



Henrique Meirelles afirmou aos senadores que trabalhará em favor da redução da taxa de juros, desde que não haja risco para a moeda

ro ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Meirelles defendeu aumento do superávit primário acima do percentual estabelecido no acordo com o Fundo Monetário Internacional, definido em 3,88% para 2003. Segundo ele, Lula e Palocci também estão convencidos da necessidade de que o BC tenha autonomia operacional sobre os instrumentos de controle da política monetária.

Meirelles afirmou que continua-

rá estimulando a modernização das áreas de supervisão e normas que colocaram o BC como referência internacional. Declarou ainda defender a diminuição do *spread* bancário para baratear o crédito ao consumidor e o microcrédito.

— Aceitei esse convite por estar convencido de que estamos em um momento histórico. Lula e eu já discordamos em vários pontos, mas o Brasil nos aproximou.

Antero questiona participação em ataque especulativo

Com base em informações do relatório final da CPI dos Bancos, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) apontou que o BankBoston, instituição à qual Henrique Meirelles pertenceu, foi um dos principais beneficiados pelo ataque especulativo ao real em janeiro de 1999. Antero solicitou, em questão de ordem, que a sabatina fosse suspensa, mas seu pedido foi rejeitado pelo presidente da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

De acordo com Antero, relatórios do Banco Central (BC) à época apontaram que o BankBoston não teve “a preocupação de atuar dentro das normas cambiais em vigor” e não colaborou no fornecimento das informações solicitadas. O relatório lido por Antero afirma que o banco encobriu operações cambiais para que não fosse obrigado a depositar no BC o excedente ao limite estabelecido de US\$ 5 milhões.

Por não ser membro da CAE, Antero teve indeferido por Ornélas requerimento para que o BC enviasse ao Senado, em 24 horas, os processos de fiscalização sobre o BankBoston nos últimos cinco anos.

Em resposta ao senador, Meirelles afirmou que não tinha responsabilidade direta sobre as entidades bra-

sileiras responsáveis pelas operações naquela época. Argumentou ainda que, ao final das investigações, não foram detectadas irregularidades contra o BankBoston.

— Tive conduta considerada irrepreensível pelo BC quando fui diretor no Brasil. Não é correto dizer que seria comandante das operações. As operações são autônomas, com responsáveis aprovados pelo BC — afirmou.

O relator da CPI dos Bancos, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), defendeu Meirelles. Ele garantiu que o relatório final em nenhum momento menciona o nome de Meirelles entre os responsáveis por operações suspeitas que teriam sido realizadas pelo BankBoston.

— O relatório da CPI foi enviado ao Tribunal de Contas da União e nada foi apurado ou apontado contra o senhor Henrique Meirelles, que terá meu voto favorável — disse.

O senador Saturnino Braga (PT-RJ) apelou ao atual presidente do BC, Armínio Fraga, para que esclarecesse qualquer dúvida em relação a favorecimentos a alguns ban-

cos, entre os quais o BankBoston.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) anunciou à Comissão de Assuntos Econômicos que iria se abster de votar na indicação de Henrique Meirelles, mesmo sendo membro de um partido que é parte da base parlamentar do futuro governo. Ele lembrou que é preciso saber se o BC realmente apurou irregularidades na atuação do banco norteamericano no Brasil, ou se não conseguiu provar irregularidades apon-



Antero Paes de Barros pediu adiamento da reunião e remessa de documentos pelo Banco Central, mas não foi atendido

tadas, “o que deixaria de qualquer forma o banco sob suspeita”, disse.

Jefferson observou que as dúvidas apresentadas na CAE só poderiam ser apuradas em, pelo menos, 24 horas. Acrescentou que, por isso, não votaria contra a indicação, mas se considerava impedido de votar a favor, em respeito à sua consciência e à dos seus eleitores.

Dívida interna indexada ao dólar é uma das preocupações

O senador Geraldo Althoff (SC) anunciou que o PFL votaria a favor da indicação de Henrique Meirelles, lembrando que seu partido será oposição ao governo eleito, mas de forma respeitável e construtiva, e a recomendação de voto favorável veio do próprio líder do partido, o senador José Agripino (RN).

Althoff lembrou afirmação do senador eleito Aloizio Mercadante (PT-SP) de que as taxas de juros estavam muito altas por falta de atuação mais firme do Banco Central, e que era preciso mexer “no coração” da política econômica.

Meirelles respondeu que as taxas de juros são o instrumento moderno para se controlar a estabilidade da moeda e das reservas cambiais. Sobre o Programa de Reestruturação do Sistema Bancário, o Proer, disse que é uma “opção de governos”, levantando a questão sobre se vale a pena

deixar um banco quebrar e levar ao prejuízo todos os correntistas.

Para Meirelles, o problema das dívidas dos estados com a União é uma questão política, que tem que ser resolvida entre o presidente da República, o ministro da Fazenda e o Congresso Nacional.

A opinião foi emitida em resposta a José Fogaça (PPS-RS). O senador também perguntou sobre as afirmações de Meirelles de que pretende rever o perfil da dívida pública interna, que é majoritariamente indexada ao dólar. Meirelles respondeu que uma de suas preocupações será mesmo mudar o perfil dessa dívida.

Moreira Mendes (PFL-RO) questionou a intervenção do Banco Central no Banco de Roraima, que elevou a dívida inicial do Beron de R\$ 35 milhões a quase R\$ 1 bilhão. Meirelles disse que precisaria conhecer detalhes do fato para emitir opinião.

Desfiliação do PSDB e renúncia a mandato demonstram “isenção”

Em resposta ao senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), Henrique Meirelles disse que sua desfiliação do PSDB, e até mesmo sua renúncia ao mandato de deputado federal, são fundamentais para que fique clara sua isenção, não apenas com relação a interesses políticos, como também ao mercado financeiro privado. Ele declarou ser favorável à quarentena, pela qual a pessoa que chefia uma instituição como o BC não pode participar, por certo período, de atividades políticas ou que possam beneficiar setores privados.

Meirelles afirmou ainda a Eduardo Siqueira Campos que o superávit primário não pode chegar a um percentual não factível. Observou, porém, que o percentual do superávit primário acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) pode ser elevado já no próximo ano. Por fim, advertiu que o mais importante é manter o superávit susten-

tado no tempo, o que envolve a discussão acerca da estrutura dos tributos no país.

O indicado para a presidência do BC também afirmou que não prevê conflitos entre o governo e o FMI, mas adiantou que, se houver posição discordante, irá “lutar e argumentar com dureza”.

Tanto Eduardo Siqueira Campos como Fernando Bezerra (PTB-RN) defenderam a respeitabilidade, competência e honradez do atual presidente do BC, Armínio Fraga, à frente da instituição. Eles disseram que confiam que Meirelles terá a mesma postura.

Roberto Saturnino (PT-RJ) se disse preocupado com as declarações de Meirelles de que iria atuar buscando apenas a eficácia técnica. Em resposta, Meirelles afirmou que o combate à inflação tem grande dimensão social.

Os senadores Luiz Pastore (PMDB-ES), Lindberg Cury (PFL-DF), Antonio Carlos Júnior (PFL-BA), Artur da Távola (PSDB-RJ), Pedro Simon (PMDB-RS) e Ademir Andrade (PSB-PA) também fizeram perguntas a Meirelles.

CAE aprova por unanimidade Renda Básica de Cidadania

Como decisão é terminativa, matéria irá diretamente a exame da Câmara, a menos que haja recurso para votação em Plenário

Em turno suplementar e em decisão terminativa, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, por unanimidade, substitutivo do senador Francelino Pereira (PFL-MG) a projeto de lei do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que cria a Renda Básica de Cidadania. Caso não haja recurso para sua votação em Plenário, a proposta seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

De acordo com o texto acolhido pela comissão, fica instituída, a partir de 2005, a Renda Básica de Cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no país e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil receberem, anualmente, um benefício monetário.

Não importa, segundo o substitutivo, a condição socioeconômica do cidadão, pois a renda básica passa a ser direito de todos. Mas o benefício será concedido em etapas, a critério do Executivo, dando-se prioridade às camadas mais necessitadas. O pagamento do benefi-



Para Suplicy, substitutivo mostra que é possível o entendimento

cio, de mesmo valor para todos, terá de ser suficiente para atender às despesas mínimas de cada pessoa com alimentação, educação e saúde, considerando-se, para isso, o grau de desenvolvimento do país e as possibilidades orçamentárias.

O substitutivo à proposta de Suplicy estabelece que o benefício poderá ser pago em parcelas iguais e mensais e será considerado renda não-tributável para fins de incidên-

cia do Imposto de Renda das Pessoas Físicas. Caberá ao Executivo definir o valor do benefício, observada a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na discussão da matéria, Francelino elogiou a proposição de Suplicy, citando o poeta Carlos Drummond de Andrade e o político mineiro Milton Campos. Suplicy disse que o trabalho de Francelino mostra que PT e PFL podem entender-se em defesa dos interesses maiores da população. E relatou ter recebido mensagem do secretário da Rede Européia da Renda Básica, Philippe Van Parijs, com a declaração de que o Senado brasileiro é a primeira Casa de um Parlamento do mundo a adotar a renda básica para todos os habitantes do país.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) manifestou seu voto favorável à proposta “com louvores à dignidade, à esperança e à solidariedade que a alma do senador Suplicy representa”, no que foi acompanhada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Suplicy defende direito de todos ao benefício

O senador Eduardo Suplicy esclareceu ontem que o projeto de sua autoria que institui a Renda Básica de Cidadania, aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos, prevê a concessão do benefício monetário a todos os brasileiros e estrangeiros residentes há pelo menos cinco anos no Brasil, inclusive aos mais ricos, “que contribuirão para que eles próprios e todos os demais recebam essa renda”.

Segundo Suplicy, a concessão de tal direito a todos os cidadãos, in-

dependentemente de sua condição socioeconômica, tem algumas vantagens. Em primeiro lugar, explicou, todo o procedimento será desburocratizado, porque a pessoa não precisará declarar quanto ganha no mercado formal ou informal para obter o benefício monetário.

— É o direito de você ser sócio da nação, igual para todos, de um mês a 150 anos, branco, amarelo, negro ou vermelho. É como passear no parque da cidade — comparou.

Ele observou também que a con-

cessão da renda de cidadania a todos elimina qualquer sentimento de estigma que a pessoa tenha por precisar dizer: “Só recebo tanto e por isso mereço tal complemento”.

O terceiro argumento de Suplicy foi o de que, do ponto de vista da liberdade e da dignidade da pessoa, é muito importante que ela saiba que, nos 12 meses seguintes, vai poder contar com uma renda mínima, “faça chuva ou faça sol, esteja desempregada ou empregada, com saúde ou doente”.

Acolhidas duas indicações para CVM

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou os nomes de Vladimir Castelo Branco de Castro e de Norma Jonssen Parente para diretores da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com mandatos de quatro e de três anos, respectivamente. Os nomes, indicados por acordo do atual e do futuro governos, serão ainda submetidos ao Plenário.

A indicação de Vladimir Castelo Branco de Castro recebeu 25 votos favoráveis e dois em branco, e o relatório favorável à sua indicação foi do senador Luiz Pas-

tore (PMDB-ES). Norma Jonssen Parente recebeu 26 votos favoráveis e um em branco, e o relatório favorável à sua aprovação foi do senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Castelo Branco e Norma Parente enfatizaram que a CVM pretende exercer uma fiscalização eficiente do mercado financeiro, com atenção especial ao interesse dos acionistas minoritários.

O senador José Fogaça (PPS-RS) lembrou que a CVM, a partir de agora, terá diretoria com mandato fixo: um presidente com mandato de cinco anos, e quatro diretores com

mandatos de quatro, três e dois anos — e não mais uma diretoria passível de ser demitida por ato do ministro da Fazenda.

O senador Romeu Tuma lembrou um caso de fraude empresarial que atingiu os pequenos acionistas da empresa Fazendas Reunidas Boi Gordo, e perguntou se esse seria um tipo de problema em que a ação da CVM teria que se fazer presente. Norma Parente confirmou e disse que a proteção aos direitos do acionista minoritário tem que ser preocupação constante.

Projeto estimula pequena empresa a apoiar cultura

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Luiz Pastore (PMDB-ES) que altera as regras para a concessão de incentivos fiscais à cultura definidas pela Lei Rouanet, estimulando as doações e patrocínios por pequenas empresas.

A proposta altera os limites de dedução do Imposto de Renda devido de acordo com os valores gastos sob a forma de doação e patrocínio em projetos aprovados pelo Ministério da Cultura, pois, para Pastore, da maneira atual, a lei é convidativa apenas para as grandes empresas, responsáveis por cerca de 30% dos recursos captados com base na Lei Rouanet.

“Trata-se de envolver no esforço de produção cultural a enorme maioria de pequenas empresas, potencializando a renúncia fiscal já constante da lei, sem ampliá-la. Não se está propondo aumento ou estabelecimento de nova renúncia fiscal. Amplia-se a margem de dedução para as pequenas empresas, porém, se reduz para as grandes, de tal maneira que não haverá acréscimo de perda de receita”, explica Pastore.

De acordo com a proposta, no caso de pessoas jurídicas com re-



Luiz Pastore é o autor da proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos

ceita bruta inferior a R\$ 500 milhões no ano, a dedução é aumentada até o limite de 10% do imposto devido. Se a empresa tiver receita bruta superior a esse valor, o limite de dedução é reduzido dos atuais 4% para 2% do imposto devido.

O projeto define ainda que pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real que têm receita bruta anual menor que R\$ 36 milhões poderão descontar 100% das doações e patrocínios; as que têm receita bruta anual entre R\$ 36 milhões e R\$ 240 milhões poderão descontar 80%; as que têm receita bruta anual entre R\$ 240 milhões e R\$ 480 milhões, 60%; e as que tiverem receita bruta anual acima de R\$ 480 milhões, 40%.

Agricultura irrigada deve ter energia mais barata

Por unanimidade, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei do senador Geraldo Melo (PSDB-RN) que assegura o fornecimento de energia elétrica a pessoas físicas ou jurídicas que praticam a agricultura irrigada. Pelo projeto, que contou com o apoio do relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), o agricultor que utilizar a irrigação, de acordo com registro no Ministério da Agricultura, poderá comprar a energia elétrica pelo preço pago pela distribuidora à geradora acrescido de 15%. A matéria segue para a Câmara caso não haja recurso da decisão da CAE.

Os senadores da CAE também aprovaram parecer de Lúdio Coelho favorável a outro projeto de Geraldo Melo que permite o alongamento das dívidas contraídas por produtores rurais com terras na área da Agência de Desenvolvi-

mento do Nordeste. A matéria ainda precisa ser votada pelo Plenário e pela Câmara dos Deputados antes de ser transformada em lei.

Pela proposta, independentemente do valor dos débitos e da situação dos devedores, esses agricultores poderão ser beneficiados pelo refinanciamento, conforme definido pela Lei 10.437, de abril de 2002. O projeto determina ainda que os produtores, associações ou cooperativas que fizerem parte do programa de reforma agrária, terão um desconto de 50% nos encargos estabelecidos pela lei.

— As sucessivas propostas de renegociação das dívidas do setor agropecuário, ao desconsiderarem as peculiaridades regionais, ignoram que os produtores da Região Nordeste enfrentam situações climáticas e econômicas muito adversas — justificou o senador Geraldo Melo.

Tebet instala trabalhos da autoconvocação

Deverá ser votada esta semana a proposta de Orçamento da União para 2003. Também serão apreciados outros projetos, como o que prorroga a compensação concedida aos estados pelas perdas decorrentes da Lei Kandir

Os trabalhos da autoconvocação extraordinária do Congresso Nacional, que se estenderá até sexta-feira, foram abertos na manhã de ontem pelo presidente do Senado, Ramez Tebet. No período, deverão ser votadas diversas matérias em tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados, e também no âmbito do Congresso, como o projeto de Orçamento da União para o próximo ano.

Tebet manifestou esperança de que os trabalhos tenham êxito, já que a autoconvocação – que não representará nenhuma despesa extra ao erário – foi acertada entre as Mesas e as lideranças das duas Casas Legislativas.

– Esta convocação tem a finalidade específica de votar projetos importantes para o país e ina-

diáveis, como o Orçamento para o ano que vem. Se tudo correr bem, nós iremos cumprir esta finalidade e o Congresso trabalhará cumprindo seu dever para com o país – disse Tebet.

Entre as matérias constantes da pauta do Senado, figuram 17 projetos de lei da Câmara dos Deputados, como o que altera a Lei Kandir para prorrogar a compensação concedida aos estados pelas perdas causadas pelos estímulos às exportações.

Matérias de competência privativa do Senado, como a votação de mensagens do presidente da República com a indicação de autoridades, e propostas de emendas constitucionais, como a que extingue o voto obrigatório, também fazem parte da pauta da autoconvocação.



Tebet, que abriu os trabalhos da autoconvocação extraordinária do Congresso, registrou melhoria da imagem da casa na opinião pública

Presidente faz balanço positivo da atuação do Senado neste ano

O presidente do Senado, Ramez Tebet, avaliou positivamente os trabalhos do Senado neste ano e previu uma atuação também proveitosa em 2003. Para o senador, nem mesmo a campanha eleitoral, que exigiu do Congresso um calendário mais restrito de votações, impediu a aprovação de matérias importantes.

Entre as propostas importantes votadas em 2002, Tebet destacou a regulamentação da emenda constitucional que restringiu a edição de medidas provisórias e proposições sugeridas pela Comissão Mista de Segurança Pública.

– Eu vejo uma transparência e um processo cristalino que aproximam o Congresso da população. Hoje, a imagem do Senado perante a nação é outra. As coisas mudaram tanto que nós já estamos

votando matérias de interesse do próximo governo – afirmou.

Com relação ao trabalho no próximo ano, Tebet se disse confiante na produtividade do Congresso em cooperação com o novo governo. Para ele, a tendência natural na próxima legislatura é que o Parlamento continue trabalhando harmonicamente com os demais Poderes da República, concedendo o apoio necessário para que o novo governo atue.

– O Congresso, respeitada a sua independência, está colaborando e continuará assim fazendo, auxiliando naquilo que lhe couber para manter a esperança da sociedade brasileira. Esse é o clima atual e o que nós devemos fazer é compatibilizar esse espírito com as ações necessárias – avaliou o presidente Tebet.

Governador eleito do Paraná, Requião despede-se da Casa

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) despediu-se ontem do Senado com um rápido pronunciamento, anunciando que renunciava ao mandato para cumprir “uma formalidade legal”, já que amanhã será diplomado como governador eleito do Paraná.

– Peço a publicação no *Diário do Senado* desta quarta-feira da minha renúncia, para que meu suplente, Nivaldo Krieger, possa assumir o mandato – afirmou.

Requião justificou a brevidade do discurso final com a própria atuação parlamentar que manteve ao longo dos oito anos de mandato.

– Estou sendo breve por uma questão de economia processual, já que ocupei esta tribuna por tantas vezes, e por tanto tempo, e diante de tanta tolerância da Presidência, e é justo que assim o faça – justificou, diante do protesto bem-humorado do senador Pedro Simon (PMDB-RS).



Roberto Requião justificou discurso de apenas três minutos alegando economia processual

– Há pelo menos 38 senadores inscritos para apartear-lo e homenageá-lo, e não é justo que Vossa Excelência não nos dê esta chance – observou Simon.

Benício aponta descaso do governo com Piauí

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) despediu-se ontem da Casa lamentando o que considerou descaso do governo federal em alocar investimentos para o Piauí. O parlamentar assumira há pouco mais de um ano a vaga do titular, Hugo Napoleão, que saiu para ocupar o governo do Piauí. Benício ressaltou potencialidades do seu estado, como a cultura do algodão e de frutas, abundância de água e terras férteis, observando não haver iniciativas governamentais concretas para desenvolvê-las.

Benício afirmou ter lutado para liberação de recursos para municípios do Piauí e para o governo estadual, e criticou a burocracia, que, acentuou, inviabiliza a liberação de verbas para a sua região. Sobre anúncio de que o governo do presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, iniciará o programa de combate



Benício Sampaio disse esperar que o governo Lula leve programas permanentes para o Piauí

à fome pelo Piauí, o parlamentar disse esperar não apenas ações pontuais, mas um programa consistente e permanente.

Ao fazer balanço de suas iniciativas na Casa, ele destacou ter apresentado projetos como o que concede incentivos fiscais para empresas que adotarem em favor de seus funcionários ações preventivas a doenças cardiovasculares e o que regulamenta o exercício da medicina.

Benício lembrou ainda que é de

sua autoria projeto de lei que instituiu, no mês de agosto, um dia em que se possa, nacionalmente discutir o colesterol como elemento responsável pelos processos obstrutivos arteriais.

ATUAÇÃO

Em aparte, o senador Luiz Pastore (PMDB-ES) ressaltou a participação de Benício Sampaio nas comissões da Casa e do Congresso. Já o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que Benício firmou-se como um dos senadores mais atuantes, solidificando também laços de amizade entre os parlamentares da Casa. O senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou que o parlamentar piauiense cumpriu o seu dever com competência. Por sua vez, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) testemunhou a atuação intensa de Benício nos trabalhos do Senado e na defesa dos interesses do povo do Piauí.

Lobão elogia atividades dos dois parlamentares

Na presidência da sessão plenária, o primeiro-vice-presidente do Senado, Edison Lobão (PFL-MA), elogiou os dois senadores que se despediram ontem da Casa. Ele lembrou que o senador Benício Sampaio (PPB-PI) teve uma passagem curta pelo Senado, devido à sua condição de suplente, “mas honrou o mandato, teve uma atuação fecunda, intensa e produtiva”,

afirmou Lobão.

Sobre Roberto Requião (PMDB-PR), Lobão declarou que é um parlamentar e homem público “de grande talento, de brilhante oratória e de densa cultura”.

– Vossa Excelência deixa o Senado Federal para exercer pela segunda vez um mandato de governador de seu estado, o Paraná, e desejo que o faça de forma produtiva e eficiente – disse Lobão.



Edison Lobão desejou que Requião exerça de forma produtiva e eficiente o governo paranaense

João Alberto pede ações em favor dos jovens

Pesquisa da Unesco mostrada pelo senador indica que 40% da juventude brasileira vive em condições de absoluta pobreza, muitas vezes em ambientes violentos. Governo e sociedade devem agir para mudar a situação, disse

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) comentou em Plenário pesquisa da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) segundo a qual 40% dos jovens brasileiros vivem em condições de absoluta pobreza, muitas vezes em ambientes violentos.

— A situação da juventude brasileira exige ação imediata do poder público e da sociedade como um todo — disse.

De acordo com a pesquisa, cerca de 15 mil jovens são mortos no Brasil a cada ano. O senador afirmou que a juventude brasileira não é geralmente ouvida, não tem emprego nem acesso fácil ao bom ensino. Nessas condições, o tráfico de drogas, alertou, se torna o agente financiador do emprego, esporte e lazer dos jovens das periferias das grandes cidades.



Segundo João Alberto, o jovem é vítima fácil dos traficantes de droga

rias das grandes cidades.

João Alberto chamou a atenção para a passagem, em 10 de dezembro, do Dia Internacional dos Direitos Humanos. Ele aproveitou a oportunidade para traçar um quadro dos avanços obtidos pelo Brasil nessa área, salientando a necessidade de que há

ainda muito a ser feito.

— É preciso deter e diminuir o crescimento da violência, seja a praticada por infratores e bandidos, seja a violência institucional, infelizmente ainda bastante ativa. É preciso agilizar a Justiça. É preciso banir a prática da corrupção no trato das coisas do Estado — apontou o senador, citando como um dos avanços nos direitos humanos o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O senador acredita que, com vontade política, compromisso ético e competência técnica, o país conseguirá garantir aos jovens um futuro mais promissor.

— Tenho certeza que esses compromissos darão efetividade à mensagem do Natal e do Dia dos Direitos Humanos durante todos os dias do ano — finalizou.

Jucá propõe melhorias no transporte urbano

O transporte coletivo urbano, principalmente nas grandes cidades, deve receber, na opinião do senador Romero Jucá (PSDB-RR), prioridade dos poderes públicos e dos empresários do setor, tendo em vista seu amplo alcance social e importância para a redução da poluição e do consumo energético no país.

Jucá defendeu maior qualidade nos serviços oferecidos pelas empresas de transporte urbano de passageiros, como forma de atrair um contingente maior de usuários, inclusive aqueles que têm carro próprio.

Segundo o senador, o transporte coletivo melhorou muito no país nos últimos anos. Mas, a seu ver, ainda há muito por fazer. O primeiro passo, observou, seria a



Mudanças devem provocar o aumento do número de passageiros, afirmou Jucá

adoção de novo estilo de gestão nas empresas e organizações públicas ligadas ao transporte coletivo urbano, que coloque o foco das atividades empresariais no cliente, e não apenas no serviço oferecido, conforme admite, segun-

do o senador, a própria Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (ANTU).

Romero Jucá defendeu também o aumento da fiscalização nos veículos considerados “piratas”, e maior segurança para os passageiros. Ele lembrou que a ocorrência de assaltos em ônibus vem se tornando corriqueira, e já é apontada como o principal problema no transporte coletivo.

De acordo com Jucá, algumas medidas destinadas a combater os assaltos a ônibus já começam a ser implantadas por empresários, como instalação de câmeras de vídeo dentro dos veículos e policiamento ostensivo e preventivo. Além disso, delegacias especializadas em investigação desses crimes têm sido criadas.

Proposta beneficia alunos de escola pública

Cinemas, teatros e circos poderão ser obrigados a reservar, para acesso gratuito, pelo menos 10% dos ingressos dos espetáculos por eles oferecidos a profissionais da educação e alunos das escolas públicas de educação básica.

É o que prevê projeto de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) a ser examinado pela Comissão de Educação (CE). Para o senador, a proposta, se

aprovida, não vai prejudicar financeiramente os proprietários, pois o percentual de ingressos oferecidos (10%) é inferior à própria capacidade ociosa dos cinemas, teatros e circos.

— A frequência das crianças e adolescentes às sessões de cinema, teatro e dos circos se constitui em investimento fundamental para o futuro desses empreendimentos culturais, porque criará nessa faixa etária um hábito ca-

paz de concorrer com a pasteurização cultural que bombardeia a população pelas telas da televisão — disse Mozarildo ao justificar o projeto.

De acordo com a proposta, legislação estadual e municipal disciplinará os convênios com os donos de cinemas, teatros e circos, para que a gratuidade de acesso seja integrada às propostas pedagógicas dos estabelecimentos de ensino.

Ademir quer tramitação mais rápida de projeto sobre Fundef

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) fez apelo para que seja agilizada a tramitação do projeto de sua autoria, apresentado em 2000, propondo modificações na lei que regulamenta o cálculo do valor mínimo anual destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O objetivo central da proposta, afirmou, é corrigir os desvios resultantes de falhas na legislação, especialmente no que se refere à definição do valor mínimo da complementação, destinada à educação, por parte do governo federal devida aos estados mais pobres.

— O governo tem repassado, por determinação presidencial, valores inferiores ao determinado pela lei. Esse calote não é de agora. Vem desde a criação do fundo, em 1998. Ao longo dos últimos anos, a dívida acumulada está em torno de R\$ 11 bilhões.

Segundo Ademir Andrade, a matéria encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, redistribuída ao senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), que irá relatá-la.

— É imperioso que a proposição volte a caminhar, pois quanto mais ela sofre atrasos em sua tramitação, mais perdem os alunos e professores mais necessitados.

Ademir Andrade disse que “o presidente da República tem desrespeitado sistematicamente” a fórmula prevista para o cálculo do valor mínimo a ser repassado para o Fundef. Além disso, prosseguiu, o governo “tem promovido um verdadeiro

calote” na complementação que deve fazer aos estados, na qual o custo por aluno ficou abaixo da média nacional.

INOVAÇÃO

O Fundef, na avaliação do senador, representou uma conquista, contribuindo para corrigir distorção na divisão dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino. Ele considera que a principal inovação do fundo foi modificar a estrutura de financiamento do ensino fundamental.

A lei, acrescentou, destina 25% das receitas fiscais para a educação. Além disso, os estados têm de investir 60% exclusivamente no ensino fundamental. Cada estado e seus municípios passaram a receber receita proporcional ao número de alunos matriculados em cada rede de ensino. Também passou a haver um gasto mínimo relativo a cada aluno por ano. Sempre que os recursos do fundo, em um estado, não alcançarem esse valor mínimo, o governo federal deverá fazer uma complementação de verbas.

— Mas há questões na aplicação do Fundef que ainda preocupam. Uma delas é o descumprimento das determinações quanto aos valores mínimos anuais e quanto à complementação que o governo federal deve repassar, o que motivou a apresentação do projeto — justificou.

Juntamente com o projeto de Ademir Andrade tramita proposta análoga do senador Paulo Hartung (PSB-ES).



Roosevelt Pinheiro

Ademir é autor da proposta que modifica cálculo dos valores destinados ao fundo

Mozarildo destaca potencial da Amazônia

Criação de centro de biotecnologia na região foi ressaltada pelo senador como importante instrumento para uso racional da diversidade biológica, promoção do desenvolvimento e redução de diferenças socioeconômicas

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) ressaltou ontem a importância de se construírem instrumentos para a utilização racional das potencialidades da Amazônia como forma de reduzir as diferenças entre ela e as outras regiões do país. Nesse sentido, segundo o senador, a inauguração do Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA), na área da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), representa uma ação objetiva no processo de aproveitamento adequado da biodiversidade da região.

De acordo com Mozarildo, o CBA foi construído e equipado com recursos da Suframa, do Mi-

nistério do Meio Ambiente e do Ministério da Ciência e Tecnologia, para atuar como uma instituição de pesquisa e inovação tecnológicas que trabalhe em conjunto com uma rede nacional de laboratórios e pesquisadores dedicados a ações voltadas para a biodiversidade amazônica. O centro está ligado, ainda, ao Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia (Probem/Amazônia).

Na opinião do senador, o CBA pode representar o início da extinção da biopirataria no Brasil.



Mozarildo pede ao próximo governo recursos suficientes para valorização da Amazônia

Isso porque o centro, entre outros objetivos, disponibilizará competências em áreas importan-

tes para o desenvolvimento biotecnológico no setor de patentes, na gestão e transferência de tecnologias e na informação sobre produtos naturais e seus mercados.

Conforme Mozarildo, o centro funcionará como articulador de laboratórios e pesquisadores para a descoberta de novas substâncias de interesse socioeconômico. Além disso, o CBA estabelecerá trabalho integrado com comunidades tradicionais amazônicas, envolvendo-as, por contratos, nas ações de identificação e coleta de produtos da fauna e flora regionais.

Por fim, o senador pediu ao próximo governo que alocue recursos suficientes para o pleno exercício do CBA como "veículo de valorização da Amazônia e utilização inteligente da biodiversidade".

SUPERÁVIT

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que, além da inauguração do CBA, há outro motivo de comemoração. Conforme Jefferson, a Suframa anunciou que, na segunda semana de dezembro, o pólo industrial de Manaus registrou a marca de US\$ 1 bilhão em exportações nesse exercício. Dessa forma, de acordo com o senador, logo será alcançado superávit na balança comercial do pólo.

Fiscalização do Ibama é deficiente, diz Moreira

A atuação deficiente da fiscalização do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na região da Ponta do Abunã, em Rondônia (próximo à fronteira com o Acre), foi denunciada ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). O parlamentar relatou que enviou pessoalmente ao órgão as coordenadas de um desmatamento por ele sobrevoado, mas nenhuma providência foi tomada pelo instituto. A clareira na mata, informou o senador, tinha mais de 5 mil alqueires.

— Por que o Ibama não fiscaliza efetivamente o desmate feito nas reservas e parques do estado de Rondônia? — perguntou ele.

Moreira Mendes leu em Plenário trechos de um documento elaborado por 11 madeireiras estabelecidas na Ponta do Abunã, que se dizem perseguidas pela administração local do Ibama. As madeireiras, observou o senador, geram centenas de empregos e exportações.

Segundo o documento, o órgão federal não se preocupa com as derrubadas clandestinas feitas na localidade. Em um dos trechos lido pelo senador, o grupo de madeireiras informa que, entre 2000 e 2002, foram desmatados "mais de 40 mil hectares de terras de florestas sem autorização de escritórios ambientais".

CONCORRÊNCIA DESLEAL

Moreira Mendes disse que as empresas legalmente estabelecidas na região acabam por sofrer uma desleal concorrência de compradores de madeira clandestina, cuja ação é livre pela falta de fiscalização do órgão. O texto, para o qual o senador pediu a transcrição integral, afirma que foram destruídos mais de 500 mil metros cúbicos de madeiras industrializáveis, suficientes para abastecer todas as indústrias madeireiras da região por um período de, pelo menos, dez anos. Muitas das árvores derrubadas, acrescenta o documento, são protegidas por lei.



Roosevelt Pinheiro

Segundo Moreira, instituto não se preocupa com desmatamentos clandestinos

Jucá elogia comitê para setor elétrico

Ao divulgar o relatório do Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que são marcantes os resultados do trabalho realizado pelo grupo, que tem como objetivo definir medidas que impeçam a ocorrência de novas crises de energia. O comitê foi criado por resolução da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, em junho do ano passado.

Os trabalhos do órgão, afirmou o senador, enfatizam a pesquisa de soluções que preservem as bases de funcionamento do setor, segundo modelo que prevê, também, a competitividade entre áreas de geração e comercialização de energia elétrica.

O comitê, lembrou Jucá, tem observado a necessidade de expansão dos investimentos, sobretudo do setor privado, e a regulamentação das áreas de transmissão e distribuição de energia elétrica, objetivando a qualidade dos serviços e o suprimento da demanda requerida pelo processo de desenvolvimento nacional.

Cerca de 30 medidas já foram propostas pelo comitê, informou Jucá, todas com a finalidade de estabelecer normas de funcionamento do setor, de fixar as medidas de fortalecimento do mercado e de garantia da expansão da oferta.

Marina recebe visita de secretários estrangeiros

A senadora Marina Silva (PT-AC) recebeu na manhã de ontem o secretário político da embaixada dos Estados Unidos, Richard Reiter. À tarde, conversou com o subsecretário parlamentar de Estado do Ministério das Relações Exteriores da Comunidade Britânica, Bill

Rammell, acompanhado pelo embaixador do Reino Unido, Roger Bone. Os eixos da política ambiental a ser construída no governo Lula foram tema nos encontros.

Marina destacou que a prioridade do Ministério do Meio Ambiente será construir, em parceria com a sociedade, uma política ambiental que perpasse todas as ações de governo. Esse é um grande desafio, admitiu, já que "há uma cultura de ação isolada nos vários ministérios". Outra prioridade é implementar a Agenda 21, baseada no desenvolvimento sustentável.

O secretário americano registrou que entendia a audiência como o estabelecimento de um diálogo a ser aprofundado e que havia tomado conhecimento, pela imprensa, da posição de Marina Silva sobre o plantio e comercialização de produtos transgênicos. Marina reafirmou que, em coerência com a Agenda 21, acredita que o princípio da precaução é o recomendável.

— Precisamos ter segurança —



Marina (E) discute política ambiental com Richard Reiter, secretário político da embaixada dos EUA

declarou, salientando que a posição de cautela quanto a possíveis danos à saúde humana e ao meio ambiente decorrentes dos transgênicos também foi adotada pela Comunidade Européia e pelo Japão.

BIODIVERSIDADE

Em resposta a Bill Rammell, a senadora destacou sua satisfação com o fato de o governo britânico, como o brasileiro, ter ratificado a Convenção da Biodiversidade. Em comentário à afirmação do subsecretário sobre possíveis dificuldades do governo Lula em responder às expectativas da população, Marina defendeu que transparência nas soluções é o meio de esclarecimento e de superação de limites.

Marina afirmou ao subsecretário britânico que são bem-vindas parcerias entre governos no âmbito de programas de cooperação.

— Sabemos que somos muito ricos em recursos naturais e buscamos muito mais um alinhamento ético em torno de tecnologias — disse a senadora.

Senar deve servir como modelo, diz Romero Jucá

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) divulgou em Plenário o Relatório Anual de Atividades de 2001 do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), entidade que, em sua opinião, vem realizando importante trabalho para formar e aprimorar o homem do campo como trabalhador e cidadão. Ele fez uma exposição sobre a instituição, salientando sua missão de promover o desenvolvimento profissional, cultural e técnico das populações rurais do Brasil.

De acordo com Jucá, em 2001, 1,7 milhão de pessoas se matricularam nos programas de formação profissional rural, promoção rural e nos programas especiais do Senar. Ele afirmou que o objetivo dessa formação é fazer com que a população rural obtenha ganhos sociais e econômicos. Dentro da promoção social, ele disse que, em 2001, as atividades mais destacadas foram a produção caseira de alimentos, a alfabetização de jovens e adultos, artesanato e educação ambiental.

O parlamentar destacou o programa de educação profissional para trabalhadores com baixa ou sem escolaridade, que permite o ingresso no mercado de trabalho. Ele disse que, em 2001, o programa abrangeu 13 estados e 9 mil participantes. Referindo-se a outro programa, o Cidadão Rural, o senador observou que é formado por um conjunto de atividades que visam a emissão de certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de trabalho e carteiras de identidade, além de tratamentos dentários e exames médicos.

Na opinião de Romero Jucá, noticiar as atividades do Senar significa mostrar "o trabalho de uma entidade modelar, que tem cumprido sua missão com afinco e dedicação, e ter renovada a crença de que o nosso povo, quando recebe a devida formação educacional e profissional, compete no mínimo em pé de igualdade com os de outras nações do planeta".

Gabardo propõe debate sobre uso de transgênicos

Para o senador, Brasil não pode se manter intransigente com relação à moratória dos produtos geneticamente modificados

O senador Olivir Gabardo (PSDB-PR) propôs que o Brasil volte a debater a possibilidade do uso de produtos transgênicos na agricultura, por entender que inexistem razões para que o país insista na moratória com relação a esses produtos. Ele disse que os países mais avançados no setor agrícola, como os Estados Unidos e nações da Europa, já estão liberando a produção, a comercialização e o consumo dos produtos geneticamente modificados.

Segundo o parlamentar, a Comissão Européia decidiu, em novembro passado, suspender a moratória dos transgênicos, iniciada em 1998. Durante quatro anos, disse o senador, citando documento da comissão, a entidade se recusou a aprovar novos organismos geneticamente modificados, até que a confiança nesses alimentos fosse restaurada. De-

pois de seis anos de estudos científicos, a comissão concluiu que não havia base científica para a moratória.

A posição da União Européia, disse o senador, é coerente com a posição divulgada recentemente pela Organização Mundial da Saúde quanto à produção de alimentos geneticamente modificados. A



Olivir Gabardo lembrou que EUA já estão liberando alimentos cientificamente alterados

Comissão Européia acrescenta, em seu pronunciamento sobre o assunto, que ficará a critério de cada país que integra a União Européia a decisão de suspender ou não a sua própria moratória.

A Organização Mundial da Saúde aconselha, porém – segundo o documento da Comissão Européia citado pelo senador –, uma avaliação caso a caso dos alimentos que contenham produtos alterados geneticamente.

O Brasil, na opinião de Olivir Gabardo, não pode se manter intransigente em relação à manutenção da moratória sem estudar, caso a caso, se os produtos transgênicos causam algum mal à saúde humana. A OMS diz ainda, ressaltou o senador, que "até agora não se demonstrou que o consumo de transgênicos tenha o menor efeito prejudicial para a saúde das populações, nos países onde foram homologados".

Suassuna quer projeto único sobre Internet

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) sugeriu a criação de um grupo de trabalho reunindo técnicos e parlamentares do Senado e da Câmara dos Deputados para, em regime de urgência, realizar um levantamento do conjunto de proposições em tramitação nas duas Casas do Congresso que tratam da Internet. O grupo teria como tarefa a fusão e harmonização das propostas em tramitação, visando um projeto comum que estabelecesse normas para combater a criminalidade na rede.

– Quero deixar claro que não é a censura, inadmissível por todas as razões, o que estou a sugerir aqui. Reclamo, simplesmente, a adoção de regras que permitam a convivência harmônica, criativa e produtiva, mas sobretudo respeitosa dos direitos e da segurança das centenas de milhões de usuários que se conectam, a cada dia, com os mais distintos objetivos e

necessidades – explicou CRIMES DIGITAIS

Na avaliação do senador pela Paraíba, a ausência de regulamentação representa hoje uma das maiores fragilidades da Internet. Ele observou que a evolução no número de usuários e as práticas que se instalaram na rede – como o comércio eletrônico geral e os serviços bancários – exigem a de-



Ney Suassuna sugeriu grupo de trabalho para fazer levantamento das propostas em tramitação no Congresso

finição de normas para punir condutas transgressoras.

Suassuna informou que, segundo relatório da consultoria inglesa denominada mi2g, os dez grupos de *hackers* mais atuantes no mês passado eram todos brasileiros. Os crimes digitais praticados por esses grupos, enumerou o senador, incluem o roubo de identidade, fraudes com cartões de crédito, alteração de *homepages* e violações de propriedade intelectual.

A mesma consultoria, segundo Suassuna, atribuiu aos *hackers* brasileiros prejuízos que atingem a cifra estimada de bilhões de dólares nos países que integram o G-8 (grupo dos sete países mais ricos do mundo e a Rússia). O senador acrescentou que, conforme o presidente da mi2g, D. K. Matai, a falta de uma legislação específica para punir crimes cometidos na Internet está transformando o Brasil em uma espécie de "Estado delinqüente" no mundo virtual.

Plenário manifesta pesar pela morte de Orlando Villas Bôas

O Plenário aprovou ontem requerimento de voto de pesar do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pelo falecimento do sertanista Orlando Villas Bôas, ocorrido no dia 12. Defensor da cultura indígena e da demarcação de terras para os índios, o sertanista foi responsável pela criação da Fundação Nacional do Índio e do Parque do Xingu.

Foi aprovado também voto de pesar de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pelo falecimento do embaixador Vladimir Murtinho. Requerimento de pesar de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pelo falecimento do líder político goiano Joaquim Moraes dos Santos também recebeu voto favorável do Plenário.

Unilegis lança hoje sua pedra fundamental

O presidente do Senado, Ramez Tebet, participa hoje, às 10h, da solenidade de lançamento da pedra fundamental da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Criada para capacitar permanentemente os servidores do Poder Legislativo, nos níveis federal, estadual e municipal, a Unilegis também atuará em convênio com outras instituições de ensino superior.



Governador Joaquim Roriz entrega diploma de Honra ao Mérito ao presidente do Senado, Ramez Tebet

Tebet recebe condecoração do Distrito Federal

O presidente do Senado, Ramez Tebet, foi condecorado ontem pelo governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, com o diploma de Honra ao Mérito. Durante a audiência, no gabinete de Tebet, Roriz pediu seu empenho na votação do projeto de lei que institui o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

– A aprovação do fundo representará a emancipação econômica e financeira do Distrito Federal. Brasília merece nosso empenho – disse Tebet a Roriz.

A aprovação do projeto ocorreu horas mais tarde, durante a sessão plenária.